

FOLHETO
Nº. 140.....
DATA 26/11/02

ICONOGRAFIA

DE

BELÉM DO GRÃO-PARÁ

DONATO MELLO JUNIOR
ARQUITETO



Do Anclero Mecht
Professor Arthur Czar Ferrer
Leis, Am a a Mikas
Grice

Do myab myia a Silly
Belle 20-3-71

DONATO MELLO JUNIOR
Arquiteto

Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Federal do Rio de Janeiro

ICONOGRAFIA DE BELÉM

DO GRÃO PARÁ

— PLANTAS DO SÉCULO XVIII —

BIBLIOTECA ARTHUR REIS
MANAUS - AMAZONAS

Sociedade dos Amigos de Belém

BELEM DO PARA

— 1970 —

— 1 —

ICOMOGRAFIA DE BELEM

DO GRAO PARA

PLANTAS DO SEculo XVII

FOLHETO
Nº 140
DATA 26/11/02

Parte I - PLANTAS DO SÉCULO XVIII

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

O arquiteto Donato Mello Júnior, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tornou-se um dos mais fiéis admiradores de Belém, após sua permanência entre nós como professor da Universidade Federal do Pará, lecionando na Faculdade de Arquitetura.

Aplaudido como um dos maiores pesquisadores da obra artística de Antônio José Landi, não só em nosso país como no estrangeiro, Donato Mello Júnior deixou-se encantar nesta Cidade onde, certamente, encontraria o maior manancial de investigação da vida e obra do consagrado arquiteto-régio de Bolonha.

Em paciente consulta a nossos arquivos e, examinando, apaixonadamente, a criação majestosa do artista diante dos edifícios e templos que Landi concebeu, construiu e fixou na capital paraense e no interior da velha capital do Grão-Pará e Rio Negro no correr do século XVIII, o eminente professor, depois de divulgar quatro belos e preciosos trabalhos de pesquisa sobre o arquiteto-de-Belém, elaborou novo estudo que a Sociedade dos Amigos de Belém agora divulga neste volume: *A Iconografia de Belém do Grão-Pará*.

Contribuição eminentemente séria às nossas letras históricas, essa investigação é das mais raras que a cidade tem recebido nos últimos tempos.

Recentemente premiado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Donato Mello Júnior, com a divulgação deste trabalho junta-se, hoje, aos nomes do passado e de maior evidência de nossa história e da cultura luso-brasileira.

Aliando-se ao esforço da S. A. B., na apresentação deste opúsculo, coube à Companhia Boavista de Seguros — Sucursal do Pará — a dignificação de apresentá-lo nesta capital, num gesto altamente honroso e significativo de sua direção local. Graças a essa distinção amiga, Belém recebe, nesta publicação, esse documentário inédito em nossa terra, referente à vida da cidade nos seus idos coloniais e de tão grande interêsse à historiografia da Amazônia e do Brasil.

Belém do Pará — 1970

AUGUSTO MEIRA FILHO
Presidente da S.A.B.

ICONOGRAFIA DE BELÉM DO GRÃO PARÁ

DONATO MELLO JUNIOR
ARQUITETO

PARTE I — PLANTAS DO SÉCULO XVIII

*EM HOMENAGEM AO *CURSO DE ARQUITETURA
QUE ME INSPIROU O GÔSTO DE ESTUDAR A
BELÉM ANTIGA**

A cartografia vetusta da Amazônia constitui um acervo preciosíssimo resultante da expansão portuguesa e uma fonte documentária que muito ajudou o Brasil a defender seus limites setentrionais baseados nas monumentais "Memórias" do Barão do Rio Branco e de Joaquim Nabuco. (1)

"Orellana" é um nome frequente nesta cartografia que aparece para designar, possivelmente, a região que, em 1542, o descobridor das Amazonas chegara após a sua aventura de descer pelo rio-mar. Nesta região se localizava a Belém atual e não sabemos se Orellana chegou a estabelecer algo por lá.

Daniel de la Touche em 1613 chegou às mesmas paragens ao tentar expandir o domínio francês estabelecido em São Luiz do Maranhão.

Há indícios de que a região não seria de todo desconhecida quando Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 1616 assenta estrategicamente o forte do "Presépio" berço da atual Belém, ao criar uma sentinela avançada da entrada do Amazonas para se opor aos ingleses, holandeses e franceses, que por lá incursionavam.

A história do Pará acha-se excelentemente pesquisada e escrita por grandes historiadores antigos e contemporâneos. Sua iconografia, exceto os documentos cartográficos, é menos conhecida. Acha-se dispersa em inúmeras fontes arquivais do Rio de Janeiro e de Portugal, sendo pequeno o acervo gráfico na rica coleção de códices da Biblioteca e Arquivo Público de Belém. (2) São extremamente raros os documentos anteriores aos séculos XVI e XVII. Parece-nos que a iconografia só vai aparecer em meados do século XVIII, não sendo impossível, entretanto, que algum pesquisador venha a localizar futuramente incunábulo gráfico dos primórdios da cidade de Nossa Senhora de Belém.

A iconografia antiga de Belém se não é extremamente rica, também não é tão pobre como possa parecer à primeira vista. No Brasil, possivelmente só o Rio de Janeiro, Bahia e Recife possuem maior cópia de documentos iconográficos.

Esta iconografia antiga de Belém objeto de nossas pesquisas, abrange as plantas da cidade nos séculos XVIII e XIX ; os panoramas, as vistas e a arquitetura no mesmo período.

Muitas pesquisas demandarão tal programa, sendo essencial as consultas às fontes arquivais e aos trabalhos bibliográficos.

As obras de Sousa Viterbo, Luis Silveira, Baena, Manuel Barata, Ernesto Cruz, Artur Cesar Ferreira Reis, precedidas da documentação colecionada por Alexandre Rodrigues Ferreira bem como os catálogos da Exposição de História do Brasil, os da Mapoteca do Itamarati (por Isa Adonias), os da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército e o da "Engenharia Militar no Brasil e no Ultramar Português antigo e moderno", informam-nos sobre um grande acervo iconográfico. Pesquisas futuras nos arquivos revelarão e localizarão documentos atualmente desconhecidos. No Rio de Janeiro as fontes documentais estão na Biblioteca Nacional, Patrimônio do Exército, no Serviço Geográfico do Exército, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Itamarati, no Arquivo Nacional, no Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e no Museu Nacional. Em Portugal na Biblioteca Nacional de Lisboa, no Arquivo Histórico Ultramarino, na Torre do Tombo, na Biblioteca Municipal do Pôrto, na Casa de Palmela, etc.

Rio — Outubro/1968

D. M. J.



(1) — Planta da Praça da Cidade de Belém do Pará tirada em 1751 —
Mapoteca do Itamarati —

I — PLANTAS DE BELÉM NO SÉCULO XVIII

1) — Planta da Praça da Cidade de Belém do Pará Tirada em 1751 — Petipé de 200 palmos

Encontra-se na Mapoteca do Itamarati manuscrito a nanquim, com aparência de original. Mede 55 x 35 cm e pertenceu antigamente ao Arquivo Ultramarino (hoje Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa) e foi trazida ao Brasil pelo Barão Duarte da Ponte Ribeiro, em 1867 que a exibiu na Exposição de História do Brasil (3) de 1881.

Esta Planta acha-se descrita por Isa Adonias (4), sendo de autoria desconhecida. Talvez a pesquisa na correspondência dos Governadores da Capitania possa lançar alguma luz sobre ela. A data — 1751 — corresponde ao ano da posse de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (no mês de setembro).

A análise da planta nos revela um trecho de Belém abrangendo desde o largo do Palácio ao litoral entre o Castelo e o Ver-o-Pêso. Aparecem a vala do Piri (sem êsse nome) desembocando na atual doca do Ver-o-Pêso, as duas casas das Canoas, a Alfândega, o Palácio, o Colégio de Santo Alexandre e o largo do Palácio, ainda terreno baldio cortado por três caminhos em direção ao Palácio Fronteiro ao atual Instituto Histórico e Geográfico do Pará a referência "casas para o Seminário." Não sabemos de sua publicação. Divulgamo-la em 1966 em Belém, como várias outras a seguir. *

2) — "Planta Geométrica da Cidade de Belém do Grão Pará" (1753) — Petipé de 2040 palmos

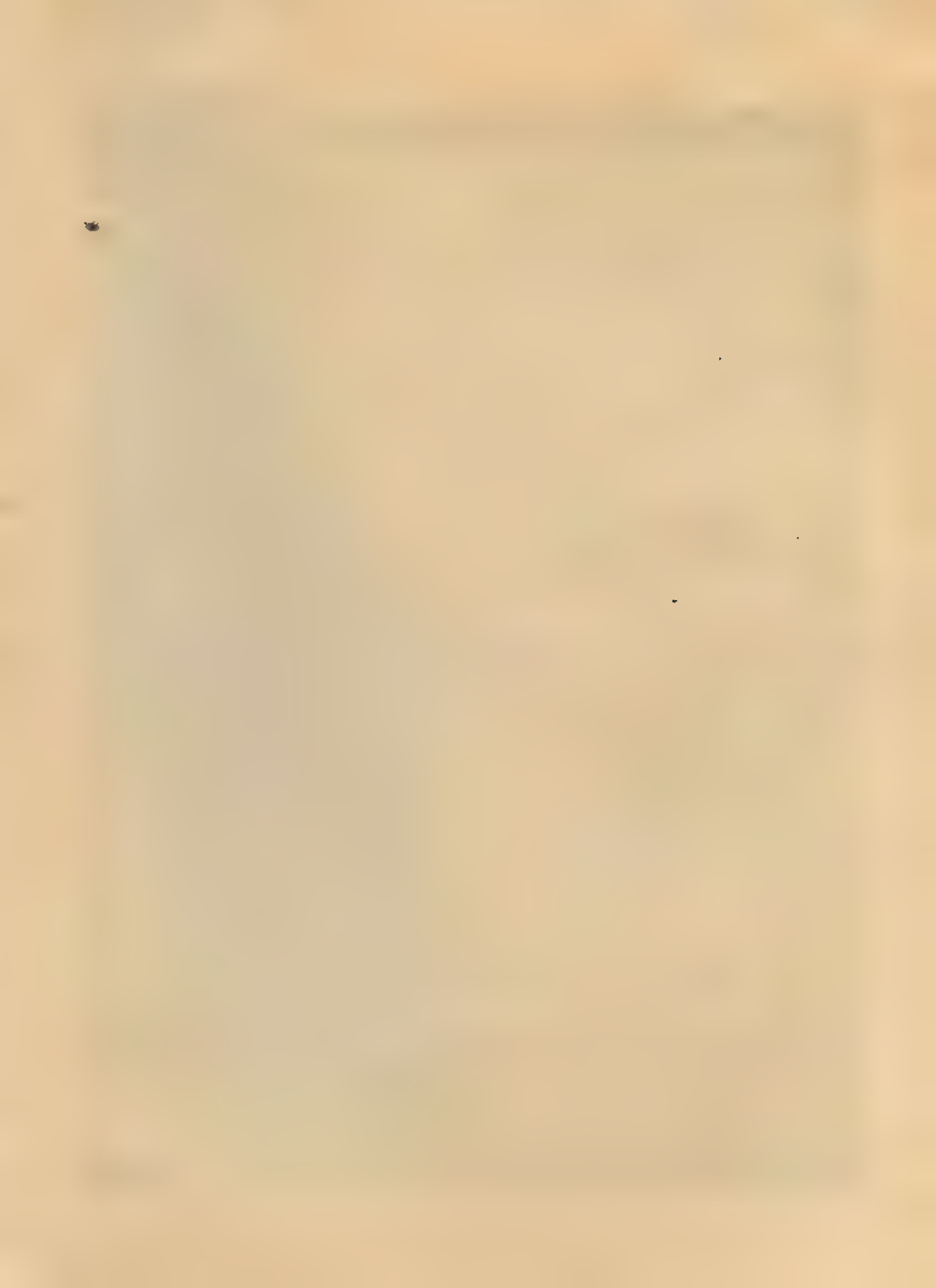
Foi levantada em 1753 por ordem de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-General e Governador do Estado do Maranhão, Grão Pará e Rio Negro.

Guarda-se esta planta na Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional. Sobre ela encontramos nos 'Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará'

(*) Augusto Melra Filho destaca-se atualmente entre os pesquisadores de história de Belém. Esperamos com ansiedade a obra que vem preparando com carinho e paciência. Devo sua amizade ao saber de meu interesse pela documentação iconográfica de Belém antiga.



121 — Planta geométrica da Cidade de Belém do Pará - Pará - 1853 —
 (Biblioteca Nacional) — Rio de Janeiro —



na correspondência dos Governadores a carta em que Mendonça Furtado remeteu-a a Diogo de Mendonça Corte Real, em Lisboa, a 24 de novembro de 1753. Nela escreveu o irmão do Marquês de Pombal... "Mandei tirar uma exata planta geométrica da cidade, também a perspectiva dela vista da parte do Rio as quais remeti a Vossa Excelência para por na presença de Sua Magestade..." (5). Seu autor é João André Schwebel e colegas da partida, aqui chegados em 1753.

Reveste-se esta planta de excepcional importância para o estudo da evolução urbana de Belém. Estendia-se a cidade do Hospício de S. Boaventura dos frades capuchos até o Convento de Santo Antônio, mal chegando ao largo da Pólvora, a igreja do Rosário dos Pretos e a capela de S. João, o Piri separando os dois núcleos urbanos mais antigos de Belém, já com uma vala de escoamento rumo ao atual Ver-o-Pêso. Alguns caminhos indicam as futuras expansões da cidade.

Pela primeira vez, possivelmente, Belém aparece de corpo inteiro numa planta abrangendo a Cidade Velha e o bairro da Campina.

Uma "Explicação" em 20 itens localiza as principais construções: — o Convento de Santo Antônio, o Armazém da Pólvora, a igreja do Rosário dos Pretos, a Misericórdia, o Convento das Mercês, a casa do Bispo, a Cadeia, a Casa das Canoas, o Palácio do Governo, a capela de S. João, a Alfândega, o Colégio dos Padres, o Castelo, a capela de Santo Cristo, a Sé, a igreja do Rosário dos Brancos, o Convento do Carmo, o Açougue e o Hospício dos Capuchos.

O traçado é de ruas retas, estreitas e curtas, de quadras desiguais em malhas sem rigidéz ortogonal encurvando-se na margem do rio, tudo à moda lusa, inclusive o de valorizar, pela perspectiva, algumas igrejas.

Nascera a cidade na acrópole do Forte do Castelo onde em praça se dispuseram a Sé, o Colégio de Santo Alexandre, o Arcebispado e a Capela de Santo Cristo. Dela se irradiaram caminhos na direção sul e mais tarde rumo norte, deixando-se um largo fronteiro ao palácio dos Governadores entre os dois núcleos urbanos. Diríamos, um traçado natural sem maiores intenções urbanísticas a não ser as de cordear as ruas e contornar acidentes topográficos. Reconhecemos na estrutura urbana a origem de vários logradouros atuais: o Largo da Sé (hoje Praça Frei Caetano Brandão); a rua do Norte, a primeira rua belemense (hoje Siqueira Mendes); o Largo do Carmo; a rua do Espírito Santo (hoje Dr. Assis), a dos Cavaleiros (hoje Dr. Malcher); a São João (hoje João Diogo); a travessa da Atalaia (hoje Joaquim Távora); a Calçada do Colégio, posteriormente Pedro Raiol (hoje Padre Champagnat); a Ilhargá do Palácio (hoje Tomásia Perdigão); a travessa da Barroca (hoje Gurupá); a da Residência (hoje Vigia); o largo do Palácio (hoje D. Pedro II), tôdas do lado Sul. Na Campina notamos entre outras a rua S. Vicente, aberta em 1676 (depois Pais de Carvalho, hoje Manuel Barata) a São Mateus (hoje Padre Eutiquio) que separava os dois bairros, a rua do Landi (hoje Padre Prudêncio), a travessa dos Mirandas (hoje Avenida Getúlio Vargas); o início do largo da Pólvora (hoje Praça da República); a estrada Cruz das Almas (hoje Arcipreste Manuel Teodoro); a rua da Cadeia (hoje João Alfredo), etc. As deflexões de algumas ruas atuais se explicam pelos rumos antigos ligados aos acidentes topográficos e à margem do rio aterrada posteriormente para nôvo perfil urbano.

Para a história das ruas de Belém, são necessários e essenciais o capítulo "As ruas de Belém, significado histórico dos mais antigos" de Ernesto Cruz (6) bem como "As primeiras ruas de Belém", de Manuel Barata (7).

Nesta planta notamos na esquina da atual travessa Campos Sales com rua João Alfredo um quadradinho sem designação. Representa uma capela, "dos Passos", cuja data de construção não apuramos, que vai reaparecer numa planta de 1758, do mesmo autor, aí com designação. Não sabemos se já houve publicação desta peça.

3) — Planta Geométrica da Cidade de Belém do Grão Pará Por Schwebel — 1758

João André Schwebel foi dos mais operosos engenheiros militares que percorreram em serviço as plagas da Amazônia como membro das famosas partidas que vieram delimitar a América Portuguesa consoante o Tratado de Madrid de 1750.

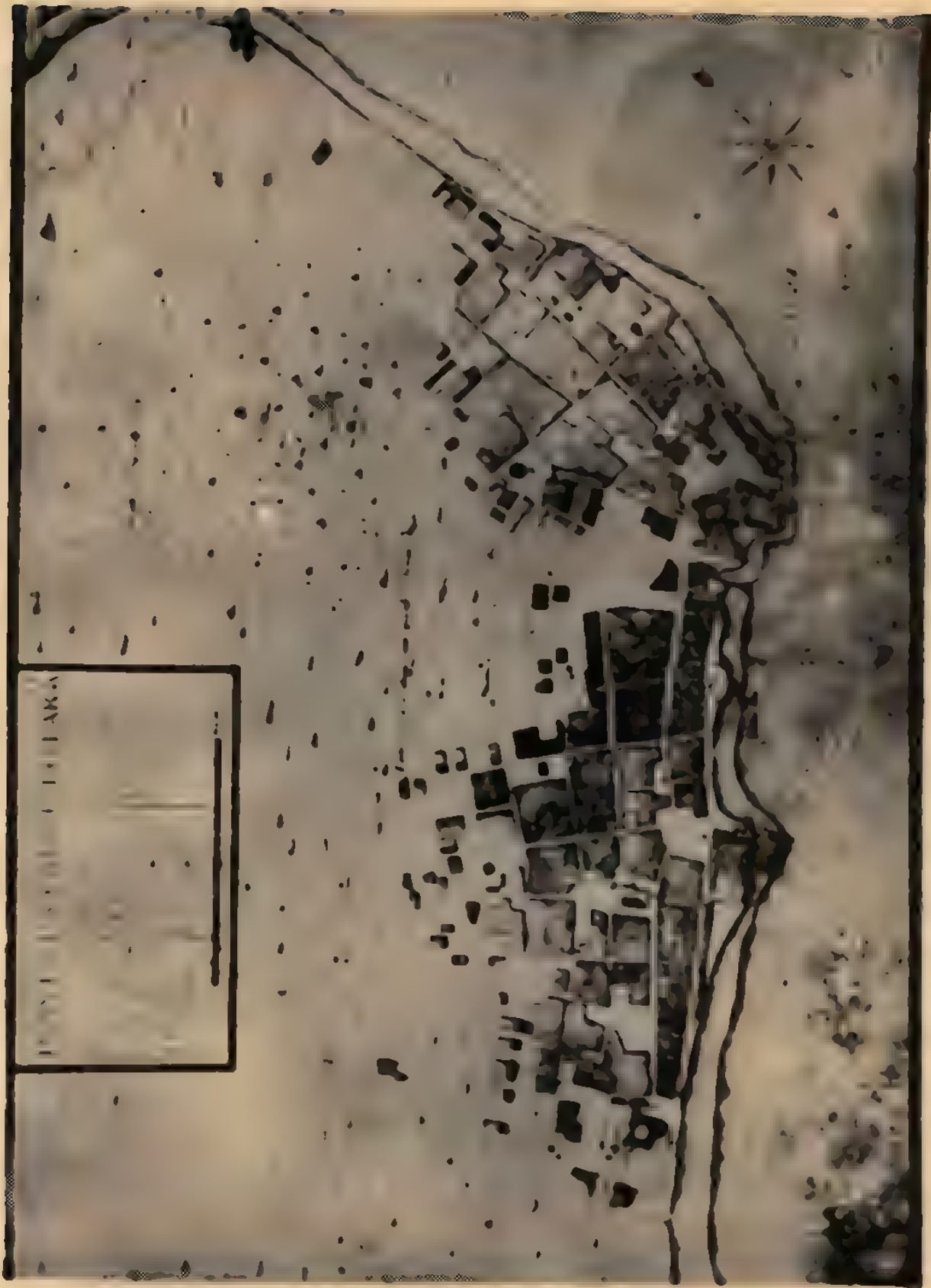
Ele e Gronfeld estão a merecer de algum estudioso uma pesquisa monográfica. De ambos se conhecem não poucos mapas, projetos e prospectos (8).

A Casa de Palmela, em Portugal possui um preciosíssimo códice datado de 1758 constante de 6 folhas de rosto e 41 mapas e prospectos aquarelados, de autoria de Schwebel quando capitão de infantaria com funções de engenheiro.

Uma das preciosidades do códice, é uma planta de Belém, medindo 61 x 40,9 cm, colorida. Acha-se reproduzida na terceira estampa do livro "A Engenharia Militar no Brasil e no Ultramar Português, Antigo e Moderno", Lisboa, 1960, que é o catálogo da notabilíssima exposição (9). Cinco anos após a anterior e pelo mesmo autor não se distingue nela grandes alterações. Aparece indicado, porém, o "Lago Pirim", o famoso Piri de tanta importância na evolução urbanística de Belém e como espaço urbano entre os dois núcleos iniciais de Belém, ainda hoje um centro-cívico de cidade, de excepcional importância.

Aparecem designados na planta, além dos elementos construtivos da planta de 1758, os seguintes: "As melhores fontes que tem a cidade, chamadas Águas de Santo Antonio, a força (na atual Praça da República), os quartéis dos soldados, o seminário e — importante — "huma capella". É o n.º 11 da "Explicação", no mesmo local, já citado, cruzamento de Campos Sales com João Alfredo.

A importância desta minúcia se deve ao fato de controvérsia recente sobre a grafia que deveria ter sido a antiga travessa: Passinho (com ss) ou Pacinho (com c). Mais tarde no mesmo local se ergueria uma nobre mansão, projeto do arquiteto Antônio José Landi, o Palacinho segundo alguns (10).



(4) — "Planta da Cidade do Pará" —
Diretoria do Serviço Geográfico do Exército — Rio de Janeiro —

4) — "Planta da Cidade do Pará"

Petipé de 200 braças

Mais uma sem data e autoria expressas, não muito distante da anterior. Mede o desenho 50,9 x 35,2 cm. Encontra-se esta planta na Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, trazendo na esquerda alta a indicação F. Div. 1a. Cl. 2a. n.º 6.

Na coleção Manuel Barata do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encontra-se uma cópia, feita em agosto de 1905, no Estado Maior do Exército (3a. Seção) por Honório Esteves, cópia para o Senador paraense, manuscrita e colorida.

Uma nota, cremos de Manuel Barata, diz "Esta planta é anterior a 1761 e posterior a 1754". De fato o traçado urbano é o dos meados da década 1750-1760.

Numa "Explicação" relaciona : 1—Sé; 2—Igreja e Convento do Carmo; 3—Colégio dos Padres da Companhia; 4—N. S. do Rosário da Cidade; 5—Santo Crucifixo (isto é, capela de Santo Cristo); 6—Palácio dos Governadores; 7—Alfândega; 8—Quarteis; 9—Casas das Canoas; 10—Praça do Pelourinho; 11—O Pacinho (sic); 12—Misericórdia; 13—Na. Sa. do Rosário da Campina; 14—Açougue; 15—Armazens da Pólvora; 16—Forte das Mercês; 17—Forte do Santo Crucifixo (refere-se ao Castelo); 18—São João; 19—O pao d'agoa; 20—Poços; 21—Fôrca.

Localizam-se 4 fontes d'agua pública alguns caminhos são nomeados : Caminho para Utinga, caminho para Olaria, caminho para Una. A parte leste da cidade, à direita da Campina caracteriza-se pelo "Terreno que se alaga nas grandes chuvas" e pelo "Alagadiço chamado Piry". Ao longo do rio a praia com a legenda "Baixa-Mar". No canto superior lê-se o nome "Hylario Roberto" sobre a praia nota-se que a capela dos Passos aparece como o "Pacinho". É comum nesta época a troca de "ss" por "c" e vice e versa. Novos documentos, com referência à controvérsia da grafia, possivelmente, esclarecerão com qual intenção foi denominada no passado a travessa Campos Sales. O retângulo, solto na esquina, mede 4 x 5 braças, talvez. Estaria em escala? As datas exatas desta planta e a da construção da residência do sogro de Landi estão fazendo falta. Quem poderia esclarecer? É evidente que a mansão é posterior à capela da esquina. A capela particular da família Pombo data de 1790.

5) — "Planta da Cidade de Belém do Grão Pará"

1761 — Petipé de 1.000 palmos

O Governador e Capitão-General Manuel Bernardo de Mello e Castro que governou de 1759 a 1763 providenciou uma "Planta da Cidade de Belém, Capital do Estado do Grão Pará e do que se tem projetado para se fortificar sua marinha", em 1761, havendo mais duas versões pelo menos, com títulos diferentes.





(5) — Planta da Cidade de Belém do Grão-Pará.

Biblioteca do Superior Conselheiro do Estado — Coleção de Documentos Históricas, 1953, — n.º 1021 (cópia) —

O litoral começa a ser alterado com preocupações de defesa, aparecendo nitidamente os aterros da praça semi-circular do 'Pelourinho' e o fronteiro ao convento de Santo Antônio. Não há, aliás, grandes diferenças das plantas anteriores de 1753 a 1758. Além do Piri, da Campina e largo da Pólvora só caminhos. Indica-se entre outros edifícios o Palácio Velho, a Sé, o Castelo, o Palácio do Governador (no lado direito da Sé, vista de frente); a capela de Santo Cristo, o convento do Carmo, o Senado, o Palácio Episcopal, o Colégio de Santo Alexandre, o Forte São Pedro Nolasco, a Praça do Pelourinho, a Misericórdia, a igreja do Rosário dos Pretos, o Armazem da Pólvora, o Convento de Santo Antônio, o Arsenal da Companhia de Comércio, os Quarteis (ao lado do Palácio do Governo), a igreja do Rosário dos Brancos hoje demolida), o Convento do Carmo, o Açougue (escrito Assougue).

Na esquina das atuais ruas João Alfredo (antiga dos Mercadores ou da Cadeia) com Campos Sales (antiga do Passinho), há uma indicação "Passinho" num pequeno quadrado, indicação já encontrada nas plantas de 1753, de 1758 e de 1754-1761, local da famosa residência de Antonio de Souza e Azevedo, sogro de Landi, arquiteto do projeto (11).

Nesta planta já se nota a formação da doca Ver-o-Pêso, não havendo maiores indicações sobre o Piri.

Conhecemos três versões desta planta no Rio de Janeiro; tôdas no Ministério da Guerra, uma no Patrimônio do Exército (12) e duas na Diretoria do Serviço Geográfico do Exército. A primeira apareceu recentemente no magnífico trabalho do professor Paulo F. Santos — 'Formação de cidades no Brasil Colonial (13), onde o autor analisa a evolução da cidade no período da Colônia.

Os três títulos variam. A do Patrimônio do Exército traz a legenda inicial: "Planta Ichnographica da Cidade de Bellem, Capital do Estado do Gram Pará" ...

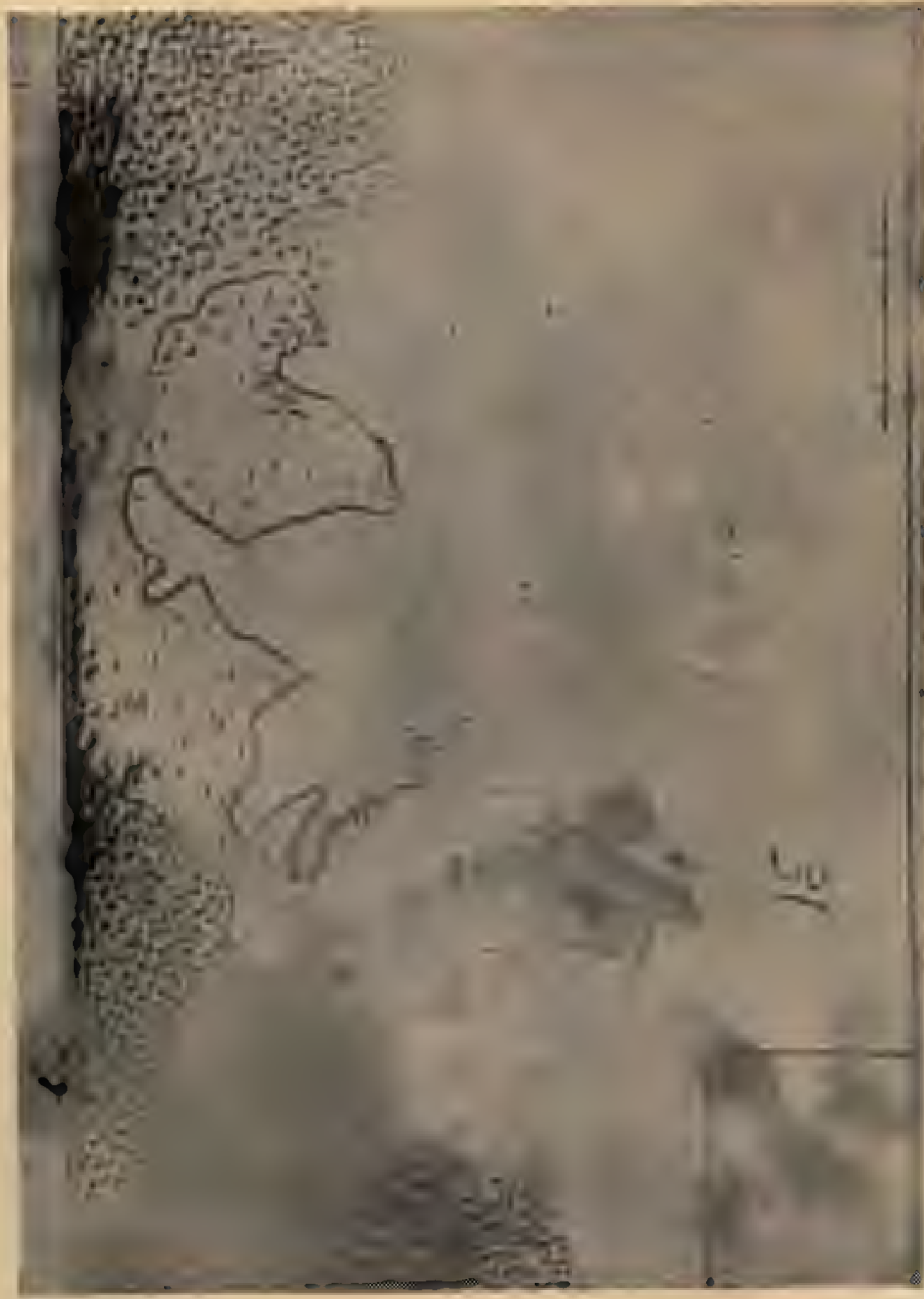
Pertenceu ela antigamente ao Arquivo Militar que a exibiu na Exposição de História do Brasil em 1881 e consta do "Ensaio de Cartografia Brasileira" de 1883 sob o n.º 660 com a referência "original?".

Nenhuma das três plantas possui "Explicação", sendo que a planta para "fortificar a sua marinha" tem a linha da praia pontilhada, e não traz qualquer legenda. As duas versões do Serviço Geográfico parecem cópias. Onde estarão os originais?

6) — "Planta da Cidade do Pará"

Por Gronfeld — Pelipé de 200 braças

O Capitão Engenheiro Gaspar João Geraldo Gronfeld é o autor desta planta. Planta não datada encontrada em duas versões na Diretoria do Serviço Geográfico do Exército (original e cópia). Fizeram parte da Primeira Exposição Geral do Exército em 1953 (14). Há uma cópia feita na 3a. Seção do Estado Maior do Exército em agosto de 1905 por Honório Esteves para o Dr. Manuel Barata. Pertence atualmente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na Coleção daquêle Senador (15).



151 — Planta da Cidade de Pará — (1711) por Grandjeu —
Departamento de Serviço Geográfico do Exército — Colégio de Ciências
Históricas, 1953 — n.º 10 —

A extensão urbana não difere muito das plantas anteriores, sabida a pobreza da Capitania nos meados do século XVIII que tanto dificultou seu desenvolvimento; pobreza que tanto impressionou Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Aparece com grande ênfase o “Terreno alagadiço, chamado vulgarmente PIRY”, de contôrno irregular, dividido em dois setores, onde se assinala o lado Norte como mais baixo que o lado Sul (lado do Arsenal). A “Explicação” assinala o Forte das Mercês (ou São Nolasco), o Forte do Castelo, o Palácio do Govêrno, o Palácio do Bispo, o Armazem da Pólvora, o Convento das Mercês, a Misericórdia, o Rosário da Campina, o Colégio dos Jesuítas, a capela de Santo Cristo, a Sé, a Rosário da Cidade, o Carmo, o convento São Boaventura, São José Velho, São José Novo e a Casa das Canoas. A capela dos Passos das Plantas anteriores não constou. Teria sido demolida? Quando? Ainda não sabemos. Ainda não existe um trabalho sôbre a atuação de Gronfeld na Amazônia. Fêz êle parte das tropas ou partidas relativas ao Tratado de Madrid de 1750, comissão chegada a Belém em 1753. Era de origem alemã, tendo trabalhado nas obras da fortaleza de Macapá como sargento-mor em 1796 e anteriormente colaborado no projeto em 1761, por ordem de Bernardo de Melo e Castro. Não parece de data mui distante da planta anterior. Na cópia da Coleção Barata do I.H.G.B., há o acréscimo da data “1771”, provavelmente pesquisada por Manuel Barata e constante de algum documento que não conhecemos. Cremos identificar esta planta com o n.º 663 do Ensaio de Cartografia Brasileira (16).

7) — “Planta de Belém Fortificada” 1773 — Petipé de 300 braças

Gaspar Gronfeld, sargento-mor engenheiro, preocupado com a defesa de Belém, preparou e ofereceu ao Capitão-General do Grão Pará, João Pereira Caldas, dois projetos de fortificações da cidade. Nestes projetos pretendeu êle isolar parte de Belém por um fosso com baluartes e revelins.

Existem diversas plantas dêstes dois projetos tanto em Portugal como no Brasil: no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, no Itamarati e no Serviço Geográfico do Exército.

No Arquivo Histórico Ultramarino; guardam-se três plantas e expedientes dos dois projetos (17).

O primeiro projeto traz o título: “Planta da Cidade de Belém do Gram Pará, fortificada pelo método mais simples e de menor despesa que pode admitir a irregularidade da sua figura e irregularidade de seu terreno em parte pantanoso, e em parte cheio de obstáculos e dificuldades principalmente sôbre a margem do rio: Projecto que oferece ao ILLmo. e Exmo. Senhor João Pereira Caldas do concelho de S. M. F. governador e cappitam general do Gram Pará Maranhão Piauhy & (...) Sargento-Mor Eng.º Gaspar João Geraldo de Gronfeld.



(1) — Planta de Belem Fortificada — por Gaspar Gronfeld — Of. do Capitão
 General Pereira Caldas —

No verso lê-se: Pertence ao n.º 50 do Ano 1773. O desenho é colorido e mede 44,2 x 34,0 cm.

Na Mapoteca do Itamarati existe outra versão, adquirida em 1946, pela Embaixada do Brasil em Lisboa, manuscrita a nanquim e aquarelada. Nela se assinalam os baluartes: São José, Santa Vitória, São Pedro, Santa Maria, Sant'Ana, Santa Benedita, os revelins: São Sebastião, São Martinho e São João. Indicam-se comportas e assinalam-se a Sé, o Colégio, o Carmo, a Rosário dos Brancos, São João, as Mercês, a Misericórdia, Santo Antonio, a Rosário dos Pretos, a Alfândega, as Casas das Canoas e os quarteis dos soldados (18). A legenda difere. Igeiramente, da planta do Arquivo Histórico Ultramarino.

Em 1959, no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, o Diretor do Arquivo Histórico Ultramarino, Dr. Alberto Iria, apresentou um Inventário Geral da Cartografia Brasileira existente no mesmo, trabalho publicado mais tarde, na revista *Studia* (n.º 17, abril de 1966, Lisboa), do qual foi feita uma separata. Em seu Inventário a planta em questão está relacionada sob o n.º 31. Constou ainda esta planta no n.º 11 b da "Primeira Relação" preparada por Anemona Xavier de Basto Ferrer e que acompanhou a documentação microfilmada para a D.P.A.H.N. (19) e que copiamos do arquivo da mesma. Iguualmente a mesma foi divulgada por Luís Silveira (opus cit., estampa 932).

Isa Adonias descreveu a peça do Itamarati (20), a qual traz a data 1773.

Existe ainda uma cópia no Serviço Geográfico do Exército que recentemente foi publicada pelo Prof. Paulo Santos (opus cit., tab. XVIII).

O curioso dêste projeto é a preocupação da defesa da cidade de Belém pelo lado de terra, como igualmente, na época, por razões de insegurança da política europeia, se pensou para o Rio de Janeiro.

Um fosso isolaria a Cidade Velha e a Campina do restante do sertão, limitando sobremaneira a expansão da cidade comprimida em espaço tão restrito.

Baena se refere ao projeto de Gronfeld como lembrando o aspecto de uma "Adriática Veneza".

Avaliava seu projetista, a obra em questão em quatro milhões e meio de cruzados.

O outro projeto de fortificação da urbe belemense, do mesmo autor, existente no A.H.U., traz o título: "Projeto — O qual mostra, como se podia Fortificar Somente a Cidade, e não incluindo a Campina, pello methodo mais simplex que pode admittir o terreno pantanoso, ao meno he projectado o Lago do Piry, que utilidade se pode tirar delle; Primeiro com suas três anteportas os quaes feitas de vigas, fas a cidade inatacabele. Segundo tira a Camera Grande Donativo para os bens do Conselho de Pesca. Terceiro tens os moradores, as suas canoas siguras nos seus Portos para que não se desenca-minhem. Projecto offerece ao Ilmo. e Exmo. Snr. João Pereira Caldas do Conselho de S. M. Fid.ª Governador e Capitam General do Gram Pará, Maranhão, Piauí, Rio Negro & (...) Major Gaspar João Gronfeld".

No verso do desenho consta "Pertence ao n.º 50 do Anno de 1773". Mede o mesmo 43,3 x 33,6 cm, sendo colorido.

As fortificações de Gronfeld obedeceram a duas propostas. Nesta última, o autor procurando uma solução mais econômica reduz o plano de fortificação ao recinto mínimo da Cidade Velha e o pântano do Piri é tratado como um lago de contorno oval em cujas margens previu casas, havendo duas ligações com a baía de Guajará, uma por trás do convento do Carmo e outra, pelo largo do Palácio e o Ver-o-Pêso tratado como um canal. A Campina, o outro lado da cidade, ficaria por fora. Estimou o projetista em três milhões de cruzados o custo das obras.

Pelas informações de Gronfeld ficamos sabendo que o Piri secava no verão e que no inverno alagava com 4 palmos d'água. Estes dois projetos acompanharam o ofício de João Pereira Caldas, n.º 50 de 18 de maio de 1773 e estão relacionados igualmente no catálogo de Castro e Almeida (21). No códice 698 da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, na "Correspondência dos Governadores com a Metrópole" (1772-1777), existirão documentos sobre o assunto?

A segunda solução do A.H.U. foi igualmente apresentada, pelo Dr. Alberto Iria, ao IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros e divulgada sob n.º 37 do "Inventário" publicado in *Studia* (n.º 17, abril de 1966) e em separata.

Na "Primeira Relação" de Anemona Xavier de Basto Ferrer para a D.P.H.A.N. (19) aparece sob o n.º 11c. Luis Silveira (opus cit. IV vol.) a divulga sob o n.º 933 pág. 512.

Ainda no A.H.U. existe uma "Consulta do Conselho Ultramarino a cerca das fortalezas da cidade do Grão Pará", de 10 de dezembro de 1773, relacionada sob o n.º 14 na "Primeira Relação" já mencionada. Em anexo, uma planta correspondente ao segundo projeto com a legenda: "Planta em que se mostra como se pode fortificar huma parte desta Cidade do Gram-Pará pelo methodo mais simplex que pode admitir, o terreno pantanoso, fazendo permanente o Lago do Piri, por onde fica inatacável este projecto, offerecido ao Ilmo. e Exmo. Snõr. João Pereira Caldas Governador e Cappitam General do Estado do Grampará, Maranhão, Piauhy, Rio Negro e do Conselho de S.M.F., pelo Sargento-Mor Engenheiro Gaspar João Geraldo de Gronfeld": 1773". Desenho colorido, medindo 43,3 x 33,7 cm. Pertencem os 3 desenhos do A.H.U. a "Coleção Cartográfica, Pará 1a. Seção — Cofre". Há uma cópia no Serviço Geográfico do Exército.

Recentemente a primeira peça do segundo projeto foi exibida na "Exposição Cartográfica e Iconográfica Comemorativa do V Centenário de Nascimento de Pedro Alvares Cabral Descobridor do Brasil", Lisboa, 1968 em cujo Catálogo constou sob o n.º 13, exposição organizada pelo Arquivo Histórico Ultramarino.



(8) — Linha de Contravalação da Cidade do Para — Mapoteca do Itamarati —

A Universidade da Bahia, ganhou de Iria dois álbuns fotográficos com a documentação do seu "Inventário".

Ao que parece Gronfeld preparou várias vias dos dois projetos, ambos não executados. Os expedientes sobre o assunto esclarecerão as minúcias, muitas inéditas, possivelmente, nas caixas (do Pará) no Arquivo Histórico Ultramarino.

8) — "Linha de Contravalação da Cidade do Pará"

Escala gráfica de "Passos ordinários de 3 em toeza"

Planta existente na Mapoteca do Itamarati e descrita por Isa Adonias (22) que opina 179? — não traz autor nem data.

Estende-se a linha de contravalação por pontos assinalados indo do Igarapé do Arsenal até a Rua dos Martires (atual 28 de Setembro) passando por São José, Rua do Jardim, para a quinta de João Ferreira, Cemitério, Estrada de Nazaré, Para o Pau d'água, Poço.

9) — "Planta Geral da Cidade do Pará em 1791"

Escala de 150 braças

Executada por ordem de D. Francisco de Souza Coutinho, Governador e Capitão-General do Estado do Grão Pará e Rio Negro. Levantamento pelo engenheiro Teodósio Constantino Chermont. É a mais completa e conhecida planta do século XVIII. Original na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Uma cópia foi tirada em 1905 por Honorio Esteves, a pedido do Senador Manuel Barata. Esta cópia está atualmente em mãos do arquiteto Paulo Albuquerque que providenciou outra cópia em março de 1967 feita por Alberto Assis e Geraldo Mergulhão, alunos do Curso de Arquitetura da U.P. do Pará, presenteando-me com uma cópia heliográfica. Mede 67,5 x 77,6 cm. *

Há apreciável desenvolvimento da cidade em relação às anteriores. A cidade se estendia do Hospício de S. Boaventura até o Reduto de São José, ao longo do litoral. O Piri começa a ser aterrado e urbanizado e atingindo-se até o Hospício de S. José. O maior desenvolvimento observa-se no bairro da Campina, que atingia o início da estrada de Nazaré com o cemitério, definia-se



191 — Plano Geral da Cidade do Paes em 1700 por Theodoro Constantino Bertram —
(Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro —)

o largo da Pólvora e a Cruz das Almas, atual Arcipreste Manuel Teodoro. A "Explicação" enumera 58 obras e logradouros. Citaremos alguns além dos já conhecidos de outras plantas: a igreja de Santa Ana, Santo Cristo Novo (refere-se a Santo Alexandre), Pacinho (sem indicação de construção), Cemitério, Paço do Conselho e Cadeia, Alojamento da Tropa (o novo quartel), Armazem das Armas, Parque de Artilharia, Armazem de Pólvora Velho, Alojamento da guarda dela, Armazem da Ribeira, Ribeira da Cidade, Arsenal da Cidade, Ponte da Cidade (trapiche), Ponte da Alfândega, Praça dos Quarteis, Fábrica de Sola, Casa de venda da pólvora, Casa da Opera (lado esquerdo do jardim do Palácio dos Governadores), Igarapé da Fábrica, Igarapé de S. José, Mãe d'água, Cacimbas do Pau d'água, Molhe dos Frades de Santo Antonio, Guindaste, etc. (23). No Patrimônio do Exército há duas outras versões desta planta diferindo a urbanização do Piri (números 155 e 156 do Ementário).

Teodósio Chermont foi excelente profissional, tendo sido Primeiro Comissário das Demarcações do Rio Negro, como engenheiro e posto de Coronel. Em 1792 fez o projeto do quartel no sítio de Aurá (24).

(*) O Engenheiro Fernando Guilhon, como técnico do antigo S.N.A.P.P., organismo herdeiro do patrimônio da "Port-Of-Pará" encontrou, acidentalmente, em Belém, uma cópia da planta de 1791, do engenheiro militar Teodósio Constantino Chermont, citada pelo autor. Esse exemplar fazia parte do arquivo da Companhia Inglesa e achava-se em lastimável estado de conservação. O desenhista Sebastião Carvalho a reproduziu fielmente em 31-07-1962. Guilhon a enviou à Biblioteca Nacional para confirmação e autenticidade. A nova cópia em heliografia foi devidamente colorida como a original da mapoteca da B. N. e obedecendo às indicações constantes da própria planta elaborada por Chermont. O trabalho do desenhista Carvalho em vegetal serviu, então, de unidade para sua reprodução e assim o levantamento da cidade de 1791 expandiu-se chegando às salas de aula do Curso de Arquitetura, pelas mãos do professor Donato Mello Junior, e pela oferta que êle próprio indica. A cópia possui os nomes do desenhista e do citado engenheiro assinalados em cima (à direita) e sua respectiva data. AMF.



(10) — Planta do pântano chamado Piri.
Diretoria do Serviço Geográfico do Exército — Catalogo de Cartas
Históricas, 1953 — n.º 762 —

10) — Planta do pântano chamado "Piri"

Escala de 200 braças

João Rafael Nogueira, capitão de engenheiros e ajudante de ordens apresenta-nos esta planta não datada, para o fim específico de arruar e sanear o Piri que é apresentado em contôrno irregular e cortado por várias ruas retas. Pertence esta planta à mapoteca do Serviço Geográfico do Exército. Consta do seu catálogo das Cartas Históricas sob n.º 762 com a referência ("Nos arredores de Belém" sic). Mede 31,9 x 45,1 cm (25). Deve ser de fins do século XVIII.

11) — "Planta Antiga da Cidade do Pará"

Escala de 180 braças

Alexandre Rodrigues Ferreira no códice "Prospectos de Cidades..." atualmente na Biblioteca Nacional reuniu 2 plantas de Belém: a de 1791 já referida no item 9 e a presente. Está relacionada como o item II do n.º 74 do Catálogo da Biblioteca Nacional: "Alexandre Rodrigues Ferreira", 1952. Não sabemos seu autor e nem a data, possivelmente não mui distante da época da de Chermont. Parece inacabada pois não traz título, explicação ou legenda. Estende-se a planta entre os igarapés de S. José e o das Almas. Indica-se o Piri e sua vala para o Ver-o-Pêso. O Pau d'água é indicado como uma região alagadiça. Foi recentemente divulgada por Gloria Marly D. N. Fontes (26).



(11) — Planta antiga da Cidade do Pará —
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro — Codice "Prospectos do cidadão."
da Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira —

NOTAS E BIBLIOGRAFIAS

1 — ADONIAS, Isa

A Cartografia da Região Amazônica
I. N. P. A. — Rio de Janeiro — 1963

ADONIAS, Isa

Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil Colonial conservados no
Ministério das Relações Exteriores
Rio de Janeiro — 1960

2 — Catálogo das plantas, mapas e desenhos manuscritos existentes na primeira seção da Biblioteca e Arquivo Público do Pará; in Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.

Tomo 4.º — 1905

3 — Ensaio de Cartografia Brasileira, n.º 659

Biblioteca Nacional — Rio de Janeiro — 1883
(Extraído do Catálogo de História do Brasil).

4 — ADONIAS, Isa

Obras citadas: 148 (M. P. M.) pag. 224 (C. R. A.).

5 — Tomo II — 1902 — Belém

Correspondência dos Governadores — n.º 61, pag. 93.

6 — História do Pará — 2.º volume, capítulo oitavo, II

Universidade do Pará.
Rio de Janeiro — 1963

- 7 — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará
Vol. VI, 1931 — Belém.
- 8 — Sousa Viterbo
(Exposições científico-militares enviadas ao Brasil
2 volumes, 1964-Lisboa) e
Lyra Tavares (A engenharia militar portuguesa na construção do Bra-
sil, 1965), pouco nos informam. A Biblioteca Nacional possui uma
“Colleçam dos prospectos...” de Schwebel, 1756, com 26 prospectos e
uma fôlha de rosto.
- 9 — A Engenharia Militar no Brasil e no Ultramar Português Antigo e Mo-
derno. Exposição, Lisboa, 1960.
Itens 13 a 54, págs. 5 a 13, do catálogo.
- 10 — Divulgamos em Belém, em 1966, os 109 desenhos dos “Prospectos de
Cidades, Villas, Povoações, Fortalezas e Edifícios, Rios e Cachoeiras da
Expedição Philosófica do Pará, Rio Negro, Mato-Grosso e Cuyabá”
— Item 74 do Catálogo da Biblioteca Nacional: “Alexandre Rodrigues
Ferreira. — Catálogo de manuscritos e Bibliografia”. Rio de de
neiro — 1952.
A fachada da residência tem o n.º XXIII.
- 11 — Ver item 10.
- 12 — Plantas Históricas — Ementário — Julho — 1960
N.º 154 (Catálogo datilografado) — M. H. 05.
- 13 — V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros — Coimbra — 1968.
“G — Cidade de Belém do Pará (1616)” pags. 101 a 105.
- 14 — Catálogo das Cartas Históricas da Mapoteca da Diretoria do Serviço
Geográfico do Exército.
Rio de Janeiro — 1953 — Número 1023
O nome do autor foi interpretado como ‘Grontes (?)’.
- 15 — Map. 2, Gav. 5, n.º 20 — Carimbo do I.H.G.B. — 1919 N.º 873.

- 16 — Biblioteca Nacional — 1883 — Extraído do C.E.H.B. de 1881.
- 17 — Cotas: A.H.U. — Brasil — Coleção cartográfica
Enc. XVII, 275 e 276 — Catálogo
Castro Almeida.
- 18 — ADONIAS, Isa
(obras citadas): 149 (M.P.M.) e pag. 228 (C.R.A.).
- 19 — Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.º 15 — 1961
Monumentos construídos pelos Portugueses no Brasil, pag. 231.
- 20 — Obras citadas.
- 21 — SILVEIRA, Luis
Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas de Ultramar
4.º volume
Lisboa — 1956.
- 22 — ADONIAS, Isa
Obras citadas: 150 (M.P.M.), pag. 231 (C.R.A.).
- 23 — Esta planta foi colecionada por Alexandre Rodrigues Ferreira. Consta da série dos “Prospectos...” — Item III do n.º 74 do Catálogo citado da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira da Biblioteca Nacional. Corresponde ainda ao n.º 662 do “Ensaio de Cartografia Brasileira da Biblioteca Nacional — 1883.
- 24 — No Catálogo de Alexandre Rodrigues Ferreira da Biblioteca Nacional, n.º 74, item LI.
- 25 — Esta planta é a de n.º 672 do “Ensaio de Cartografia Brasileira” da Biblioteca Nacional — 1883.
- 26 — ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA
Aspectos de sua vida e obra,
Cadernos da Amazônia, n.º 10 — C.N.P.
Rio de Janeiro — 1966.

Arquiteto DONATO MELLO JUNIOR
Professor da Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade Federal do
Rio de Janeiro.

Trabalhos Publicados :

1 — O Arquiteto Antonio José Landi e a Relíquia de Sant'Ana.

(Publicado na "A Província do Pará" — 29-12-1966).

2 — Antonio José Landi — Arquiteto de Belém —

I — (Documentação existente no Rio de Janeiro) Publicada na Revista * **Arquitetura** * — N.º 63, em Setembro de 1967 e na "A Província do Pará" em 08-12-1967.

3 — Antonio José Landi — Arquiteto de Belém —

II — (Documentação arquitetônica existente em Lisboa) Publicada na Revista * **Arquitetura** * N.º 64, em Outubro de 1967 — Na "A Província do Pará" em 26-11-67. Transcrita nos Anais da Câmara Municipal de Belém por requerimento do historiador e vereador Augusto Meira Filho.

4 — Antonio José Landi — Arquiteto de Belém —

III — (Três Pesquisas)

a) — Landi num desenho original inédito do Palácio do Governo.

b) — Landi gravador.

c) — Landi e a capela do Murutucu.

(Entregue para publicação em * **Arquitetura** *)

PRÊMIOS:

- I) — Prêmio I.A.B. — GB — 1968 — Categoria H-2
Trabalhos escritos — Pesquisa.

“Pesquisas sobre a obra do arquiteto Antonio José Landi”.

A Concessão desse prêmio foi unânime da “COMISSÃO JULGADORA” composta pelos arquitetos Aldary Henriques Toledo, Ivan Oest de Carvalho e Paulo Mendes da Rocha de São Paulo e o professor, jornalista e crítico de arte José Roberto Teixeira Leite. A comunicação desse prêmio constou do Ofício-Circular 0968/69 e 08 de Janeiro de 1969.

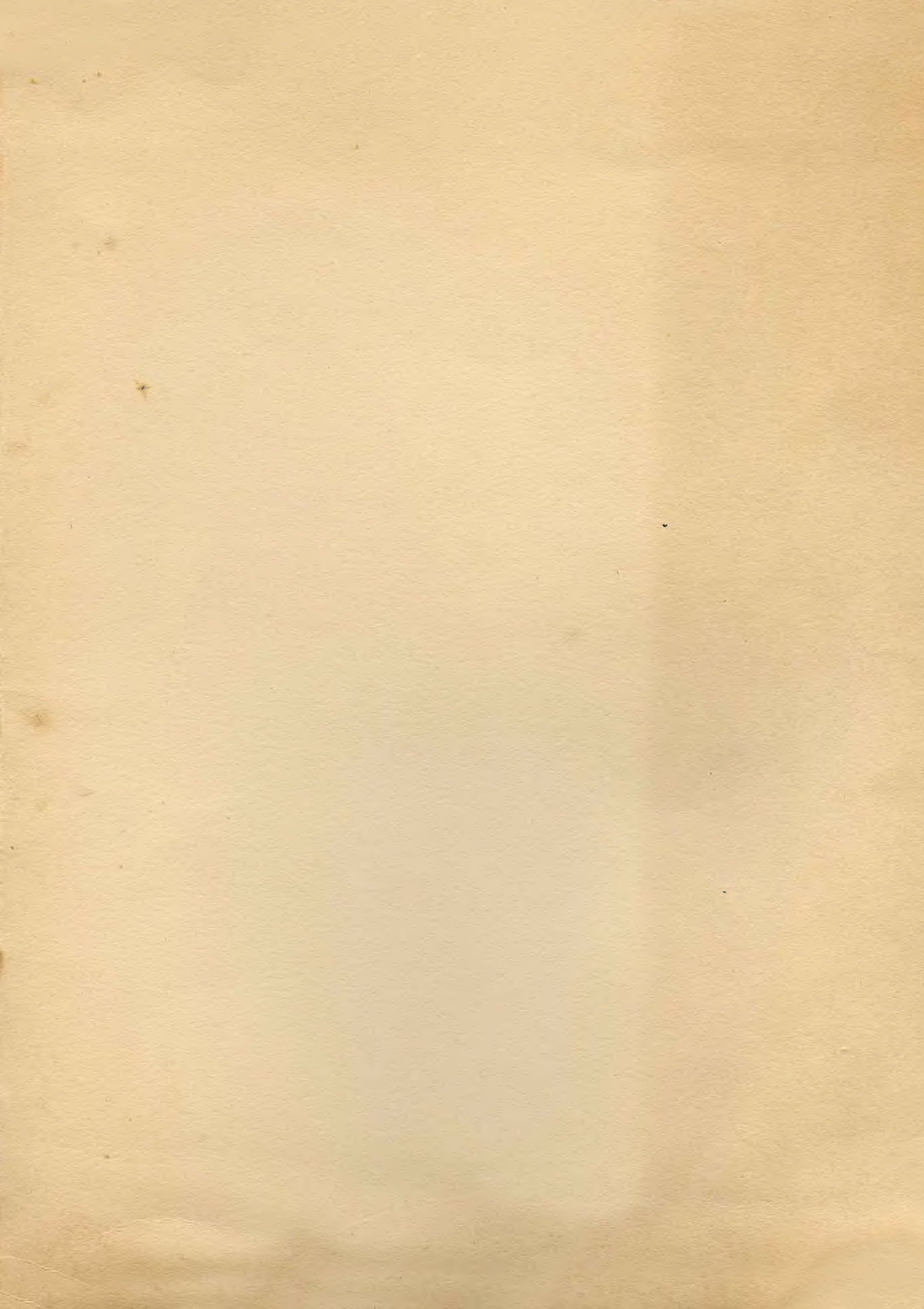
- II) — Do professor catedrático da cadeira de **Arquitetura no Brasil** da Universidade Federal do Rio de Janeiro, **Arquiteto Paulo F. Santos, Donato Mello Junior** recebeu :

* Foi com a maior satisfação que li os seus últimos trabalhos: sobre o arquiteto Landi (3.º artigo) e a **Iconografia de Belém do Grão-Pará** — Ambos são trabalhos originais de percuciente investigação documentária, nos Arquivos do Brasil e de Portugal, investigação que o Colega já começa e estender à Itália e outros países (em procura das pegadas de Landi), e que representam contribuição de grande valia para a cultura histórica luso-brasileira. Continue nesse caminho, que o levará muito longe, e que representa ajuda substancial à Cadeira de Arquitetura no Brasil, da Faculdade, e a defesa do Patrimônio histórico e Artístico da Nação. *

- III) — O “Jornal do Brasil” de 7 de Janeiro de 1969, divulgou :

* O Instituto dos Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara — premiou ontem a pesquisa histórica sobre o arquiteto italiano Antonio José Landi (1711-1790) do Professor Donato Mello Junior como o melhor trabalho escrito que concorreu à sua premiação anual. O Vencedor, é professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro”.

— “O trabalho: **Antonio Landi — O Arquiteto de Belém** — foi escolhido tendo em vista o fato de que seu autor, o arquiteto Donato Mello Junior, realizou pesquisas não só em Belém, como em jornais da época, documentos religiosos, plantas históricas e outras fontes de consulta”.



GRAFISA
Belém do Pará



Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



**ACERVOS
DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804

cdmam@cultura.am.gov.br

acervodigitalsec@gmail.com



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM**